



Governo do Estado de Mato Grosso  
Secretaria de Estado de Administração

2.3. Nos casos em que o outorgante (beneficiário titular ou de seu representante legal) **NÃO residir na Região Metropolitana de Cuiabá/MT e Campo Grande/MS**, em substituição a **Visita Técnica**, deverá ser apresentado o **Atestado de Vida** emitido por Cartório e para os casos com residência no exterior o referido Atestado emitido pela Embaixada Brasileira ou Consulado Brasileiro, constando o número do passaporte, validade e endereço;

2.4. Não será admitido ao procurador representar mais de um servidor aposentado ou dependentes de mais de dois instituidores de pensão. Ressaltamos que, no caso de incapacidade física do pensionista, a não homologação do laudo médico, implicará na suspensão do pagamento do benefício;

3. O Recadastramento poderá ser efetuado através de Atendimento Domiciliar, com prévio agendamento;

3.1. O Atendimento Domiciliar será efetuado somente para a Região Metropolitana de Cuiabá/MT e Campo Grande/MS, com agendamento prévio nos telefones: **(65) 3613-3711 - Região metropolitana de Cuiabá e (67) 3323-7366 - Região metropolitana de Campo Grande;**

3.2. O período para o **Atendimento Domiciliar será de 01/05/2014 a 30/05/2014;**

3.3. Para o agendamento do Atendimento Domiciliar, será necessária a comprovação nos casos previstos no Decreto n.º 870, de 07 de novembro de 2007:

I – Moléstia Grave: atestada por laudo médico, com identificação do CID, que será retido e objeto de avaliação por junta médica oficial da SAD/MT;

II – Ausência: demonstrada por qualquer documento comprobatório, que indique a impossibilidade da presença do titular do benefício no local da atualização cadastral, no período fixado, tais como: declaração de embaixada, consulado, órgãos governamentais de qualquer esfera de poder, empresas públicas ou privadas, dentre outros;

III – Impossibilidade de Locomoção: comprovada por laudo médico, que será retido e objeto de avaliação por junta médica oficial da SAD/MT, ou por declaração de órgãos públicos, informando a impossibilidade total de deslocamento do titular até o local da realização da atualização cadastral, por motivo de força maior, calamidade pública ou condenação judicial;

4. Disposições Gerais.

4.1. Entende-se como documento atualizado, para fins de recadastramento, os expedidos no prazo máximo de 06 (seis) meses, contados a partir da publicação do presente;

4.2. O recadastramento será efetuado por benefício, devendo-se observar a obrigatoriedade de se recadastrar individualmente todos os casos em que o beneficiário figurar como titular de mais de um benefício, devendo este apresentar documentos individualizados, juntamente com a respectiva Ficha de Atualização Cadastral devidamente preenchida e assinada, o mesmo acontecendo quando o representante legal possua mais de um benefício;